

CATÁLOGO COM REFERÊNCIAS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS: VALORIZAÇÃO DAS MENINAS E MULHERES E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS 2021



**CATÁLOGO COM REFERÊNCIAS
E MATERIAIS PEDAGÓGICOS:
VALORIZAÇÃO DAS MENINAS E
MULHERES E ENFRENTAMENTO
ÀS VIOLÊNCIAS 2021**

BRASÍLIA, DF
2021

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Leandro Cruz Frões da Silva

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Fábio Pereira de Sousa

SUBSECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA - SUBEB

Tiago Cortinaz

ELABORAÇÃO

Isadora de Freitas Oliveira

Rayssa Araújo Carnaúba

COLABORAÇÃO

Breno Menegale Bianchetti

Carolina Pontes Silva

Ruth Meyre M. Rodrigues

Simone Soares Nogueira

Thais Lopes Rocha

REVISÃO

Selma Furtado Frisão

ILUSTRAÇÕES

Freepik

PROJETO GRÁFICO

Frank Alves

APRESENTAÇÃO

O presente Catálogo contém um conjunto de Referências e Materiais Pedagógicos centrados no fortalecimento das ações voltadas à valorização das meninas e mulheres e enfrentamento às violências. Embora tenha como marco o dia 8 de março, dia Internacional da Mulher, essa produção pretende instrumentalizar as Unidades Escolares para a promoção de uma educação para a igualdade e a Cultura de Paz, a valorização de meninas e mulheres, a proteção de seus direitos e dignidade e a luta por justiça social ao longo de todo o ano letivo.

Apresentaremos materiais diversos, sugestões pedagógicas e referências que podem ser utilizados ao longo de todo o ano e de acordo com a realidade de cada Unidade Escolar. Para isso, foram compiladas leis, políticas e diretrizes, além de livros, músicas e vídeos para uso em sala de aula, durante as coordenações pedagógicas, diálogos com toda a comunidade escolar e durante a construção e reelaboração da Proposta Pedagógica. Nesse sentido, esperamos que este material represente um importante instrumento de apoio às discussões pedagógicas nas escolas, na elaboração de projetos educativos, no planejamento das aulas e na reflexão sobre a importância de promover a valorização das meninas e mulheres e do enfrentamento às violências.

Essa proposta é parte da *Política de Valorização das Meninas e Mulheres e Enfrentamento às Violências da SEEDF* e está alinhada aos [Pressupostos Teóricos](#) do Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014), dentro dos eixos transversais: “Educação para a Diversidade & Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos.

Contamos com o envolvimento e empenho de todas e todos na construção de uma sociedade melhor e mais justa, com equidade de direitos, na qual as meninas e mulheres possam ser valorizadas e viver em segurança.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - POLÍTICA EDUCACIONAL DE VALORIZAÇÃO DAS MENINAS E MULHERES E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS DA SEEDF	9
1.1 PRINCIPAIS DOCUMENTOS ORIENTADORES E MARCOS NORMATIVOS	9
CAPÍTULO 2 - PROGRAMAS E AÇÕES - SEEDF.....	17
I. PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA MENINAS E MULHERES - PARCERIA ENTRE A SEE-DF/SSP-DF/ONU MULHERES/PNUD.....	17
II. CONVIVÊNCIA ESCOLAR E CULTURA DE PAZ (SEEDF).....	20
III. PROGRAMA MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA (NJM/TJDFT).....	21
IV. PROGRAMA MULHERES INSPIRADORAS.....	23
V. PROJETO ENTRE ELAS	24
CAPÍTULO 3 - VALORIZAÇÃO DAS MENINAS E MULHERES: PROPOSTAS DE RECURSOS PEDAGÓGICOS	25
3.1 AÇÕES COTIDIANAS QUE CONTRIBUEM COM A VALORIZAÇÃO DAS MENINAS E MULHERES:.....	25
3.2 MULHERES QUE REVOLUCIONARAM O BRASIL.....	26
3.3 SÍTIOS.....	38
3.4 RECURSOS AUDIOVISUAIS.....	41
3.4.1 VÍDEOS	41
3.4.2 MÚSICAS	54
3.4.3 LITERATURA INFANTIL	57
3.4.4 OUTROS MATERIAIS.....	59
CAPÍTULO 4 - DATAS IMPORTANTES	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS	66

INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa o 5º lugar no *ranking* mundial de Femicídio, segundo as Nações Unidas para os Direitos Humanos (NUDH). Essa posição é resultado de elevadas taxas de violência contra meninas e mulheres, que são agravadas em contextos de crises sociais, políticas, econômicas e/ou sanitárias, a exemplo da Pandemia da COVID-19.

O enfrentamento às violências que atingem meninas e mulheres devem incluir, além das punições, ações eficazes de prevenção e mudanças na estrutura social. Isso porque esse cenário decorre de uma organização social desigual e hierarquizante e afeta, negativamente, o futuro de dezenas de milhares de meninas em todo o país.

A educação tem um papel fundamental no processo de conscientização sobre as formas de manifestação da violência, o papel de cada um e cada uma para a diminuição desses índices e a disseminação dos canais de denúncia.

Pensando nisso, a Subsecretaria de Educação Básica da SEEDF, por meio da Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade, apresenta os principais marcos normativos e legais que respaldam e orientam a Política educacional de valorização das meninas e mulheres e enfrentamento às violências da SEEDF; os principais programas e ações que compõem a Política como: a Parceria entre a SEEDF e a SSP/DF, voltada à prevenção das violências contra meninas e mulheres, o caderno orientador “Convivência Escolar e Cultura de Paz”, o Programa Maria da Penha vai à Escola e o Programa Mulheres Inspiradoras. Além disso, disponibilizamos biografias de mulheres que tiveram um papel importante na história do Brasil, sítios com propostas interessantes para o debate em tela; sugestões de recursos audiovisuais e livros infantis.

Esperamos que este material possa subsidiar os(as) profissionais da educação no sentido de enriquecer as práticas pedagógicas contribuindo, assim, para a construção de relações saudáveis, portanto livres de violências e opressões, entre homens e mulheres.

Bom trabalho!

CAPÍTULO 1 - POLÍTICA EDUCACIONAL DE VALORIZAÇÃO DAS MENINAS E MULHERES E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS DA SEEDF

Você sabia!?

A Lei Maria da Penha é considerada uma das três leis mais avançadas do mundo, entre 90 países que têm legislação sobre o tema.

1.1 Principais Documentos orientadores e marcos normativos

O enfrentamento às violências contra meninas e mulheres é parte de uma política de construção de uma educação para a equidade de gênero, temática amparada por inúmeras legislações e documentos norteadores, nacionais e internacionais, que dispõem sobre a garantia de direitos das mulheres e a erradicação de toda forma de discriminação. A seguir, foram listados alguns marcos legais e instrumentos norteadores com o intuito de balizar e auxiliar os(as) profissionais da educação no sentido de instituir ou fortalecer, caso já existam, projetos e ações voltados à promoção da igualdade e de uma convivência saudável entre todas e todos.

Internacionais

- I. A **Declaração Universal dos Direitos Humanos** assevera que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, dos quais destacamos o direito à vida, à liberdade e à proteção, sem distinção de qualquer espécie, e aponta o direito à instrução, que será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos e liberdades fundamentais.
- II. A **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher**, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1979, visa à dupla obrigação de eliminar a discriminação e assegurar a igualdade de gênero.

III. A Declaração e Programa de Ação de Viena - 1993 (**Declaração de Viena**) defende, dentre outras questões, a participação plena e igual das mulheres na vida política, civil, econômica, social e cultural, em nível nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo.

IV. A **Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra As Mulheres**, que foi Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993, dispõe sobre as questões ligadas às violências contra as mulheres e aponta o papel dos Estados, bem como dos órgãos e agências especializadas do sistema das Nações Unidas, no processo de garantia de direitos e à proteção integral das mulheres.

V. A **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim**, legado da IV Conferência das Nações Unidas sobre a mulher (1995), apresenta um conjunto de objetivos estratégicos para doze áreas prioritárias. A Plataforma de Ação de Pequim consagrou três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade.

VI. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (**Convenção de Belém do Pará**), concluída em Belém – PA e promulgada pelo Decreto nº 1.973/1996, discute os direitos das mulheres, apresenta conceitos importantes e define o papel dos Estados no enfrentamento às violências contra a mulher.

VII. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente, o objetivo número cinco: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

Nacionais

I. A **Constituição Federal de 1988** proíbe todas as formas de discriminação e declara que “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (Art.5º) Ao longo do processo histórico, as Cartas Constitucionais foram responsáveis por assegurar importantes avanços, entretanto, a luta de grande êxito do movimento feminista se evidenciou na vigente Constituição de 1988, devido à construção de mecanismos específicos para a evolução da garantia de direito das mulheres. Entre eles, pode-se destacar que a Constituição Democrática, que garante no seu Artigo 5, inciso I, a isonomia jurídica entre homens e mulheres especificamente no âmbito familiar; no Artigo 6, inciso, XX, proíbe a discriminação no mercado de trabalho por motivo de sexo protegendo a mulher com regras especiais de acesso; no Artigo 5, inciso L, resguarda o direito das presidiárias de amamentarem seus filhos; no Artigo 6, protege a maternidade como um direito social; no Artigo 226, parágrafo 7º, reconhece o planejamento fa-

miliar como uma livre decisão do casal e, principalmente, no Artigo 226, parágrafo 8º institui ser dever do Estado coibir a violência no âmbito das relações familiares¹.

II. O **Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei nº 8.069/1990) garante às crianças e adolescentes todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Art. 3º). O ECA assevera ainda que é dever do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes, dentre outros, à vida, à dignidade, ao respeito, à liberdade (Art. 4º) e que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Art. 5º). O ECA fundamenta o lugar de proteção aos sujeitos em desenvolvimento responsabilizando o Estado e suas instituições pela priorização e promoção desses direitos. Entre eles, o direito à não discriminação e à igualdade de condições e oportunidades a todos e todas.

III. A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB - Lei nº 9.394/1996) considera, dentre os princípios e fins da Educação Nacional, o acesso e permanência na escola com base na igualdade de condições, o pluralismo de ideias e com vistas ao pleno desenvolvimento do(a) educando(a) e seu preparo para o exercício da cidadania. Significa que as Unidades Escolares, como instituições do estado, devem lançar mão de estratégias para a promoção de um ambiente de acolhimento e respeito que favoreça a permanência, com igualdade e livre de toda forma de negligência e violência.

IV. Os **Parâmetros Curriculares Nacionais** (1997) ainda são referenciais para a renovação e reelaboração da proposta curricular, orientando a prática de uma educação plural por meio da compreensão acerca da necessidade de trabalhar as variadas manifestações sociais que envolvem a Ética, Saúde, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. Nesse sentido, o Sistema Público de Ensino do DF deve voltar-se aos princípios democráticos e ao processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre todos e todas.

¹ Fonte: ROCHA, Maria E. G. T. Os direitos da mulher nos 30 anos da Constituição Federal Brasileira. **Justiça e Cidadania**, 2018. Disponível em: <https://url.gratis/NykFQ>. Acesso em: 06 de março de 2021

V. O **Decreto nº 4.377/2002** promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979, a ser executada e cumprida em todo o território brasileiro por meio da adoção de medidas necessárias a fim de suprimir processos discriminatórios em todas as suas formas e manifestações. Este decreto reitera que a discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço a seu país e à humanidade. Assim, evidencia como a discriminação contra a mulher cria obstáculos ao pleno desenvolvimento das capacidades femininas aumentando a sua vulnerabilidade. A igualdade no processo educativo é fundamental para a superação dessas dificuldades.

VI. O **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** (PNEDH/MEC, 2018) agrega demandas da nossa sociedade pela efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e pela construção de uma cultura de paz e prevê o fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

VII. O **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres** (PNPM, 2013-2015) reafirma os princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres: autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e enfrentamento a todas as formas de discriminação; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas. Este Plano possui, em seu escopo, desafios voltados para uma educação antimachista e fortalece a escola como parte da rede de proteção social. Está em curso a organização da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - V CNPM – que atualizará o PNPM e discutirá o fortalecimento, a ampliação, a formulação e a execução de políticas públicas de direitos das mulheres, com vistas ao enfrentamento a todas as formas de violências, bem como facilitação da sua participação, da inclusão, da autonomia social, econômica, política e cultural das mulheres no Brasil.

VIII. A **Lei Maria da Penha** (Lei nº 11.340/2006) cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa lei é um marco na legislação

de proteção e enfrentamento à violência doméstica e familiar baseada no gênero. É, ao mesmo tempo, pedagógica, uma vez que classifica os tipos de violência demonstrando que a violência física é apenas a culminância de processos de dominação e violação de direitos de cunho psicológico, sexual, moral e patrimonial (Capítulo II, art. 7º). A Lei estabelece, dentre as suas diretrizes, “a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos Direitos Humanos das mulheres” (art. 8º, inciso V).

IX. A **Resolução nº 1/2012**, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições, apresenta como uma das dimensões de uma educação em Direitos Humanos o “fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos”. Além disso, orienta que essa temática seja considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino e de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.

X. O **Plano Nacional de Educação** (Lei nº 13.005/2014) em seu Art. 2, capítulo III, apresenta como uma das suas diretrizes, a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. A discriminação baseada na construção de papéis sociais ainda faz parte da cultura brasileira, chegando nas Unidades Escolares e construindo um ambiente de violência e opressão.

XI. **Lei do Femicídio** (LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015). Esta lei aprimora a legislação tratando o assassinato de mulheres, baseada em sua condição, tenha um agravante a mais e um tratamento específico. O feminicídio é a violência mais brutal cometida contra mulheres e meninas e, sua existência nos revela o quanto a construção de uma educação que discuta o machismo e a misoginia é necessária em nossa sociedade como instrumento de prevenção às violências de gênero. Ao levar à sala de aula a discussão sobre a Lei Maria da Penha, recomenda-se apresentar a Lei do Femicídio com o intuito de suscitar reflexões sobre a necessidade e importância dessa tipificação.

XII. **Decreto nº 9.586**, de 27 de novembro de 2018. Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate

à Violência Doméstica. O objetivo é ampliar e fortalecer o processo de formulação e de execução de políticas públicas voltadas à promoção da equidade, ao enfrentamento às violências e da inclusão das mulheres nos processos de desenvolvimento social, econômico, político e cultural.

Distritais

I. A **Lei Orgânica do Distrito Federal**, de 8 de junho de 1993, constitui a Lei Fundamental do Distrito Federal, com o objetivo de organizar o exercício do poder, fortalecer as instituições democráticas e os direitos da pessoa humana, de acordo com o preâmbulo do próprio instrumento. A Lei aponta, como um dos objetivos prioritários do Distrito Federal, a garantia e promoção dos Direitos Humanos e, nesse sentido, rejeita todas as formas de discriminação, incluindo de sexo e orientação sexual (Art 2º, Parágrafo Único).

II. O **I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres** (DECRETO Nº 35.991, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014) representa a institucionalização de uma Política Distrital voltada à defesa dos direitos das mulheres e à eliminação das desigualdades e violências. O II PDPM está em fase de elaboração e conta com a participação da SEEDF.

III. O **Plano Distrital de Educação** (PDE), instituído pela Lei nº 5.499/2015, é a referência para o planejamento das ações da Secretaria de Estado de Educação do DF. Uma de suas diretrizes é a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Como estratégia para o alcance da Meta 2, o PDE estabelece a oferta de políticas de formação na área de educação em Direitos Humanos e Diversidade.

IV. A **Lei Distrital nº 5.806/2017** dispõe sobre a valorização das mulheres e o combate ao machismo na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e estabelece a promoção, na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, de ações para valorização das mulheres e combate ao machismo por meio da promoção de debates e reflexões sobre o papel historicamente destinado às mulheres capazes de estimular a liberdade e equidade.

V. A **Lei Distrital nº 6.325/2019** instituiu a *Semana Maria da Penha nas Escolas*, a ser celebrada na última semana de todo mês de novembro em todo o Distrito Federal. Oportunidade para conhecer, refletir e debater sobre as formas de violência e o direito de mulheres e meninas.

VI. A **Lei Distrital nº 6.367/2019** inclui a Lei Maria da Penha como conte-

údo transversal no currículo escolar da rede pública de ensino do Distrito Federal. Vem somar aos dispositivos anteriores a fim de disseminar a Lei Maria da Penha, socializar o conhecimento sobre os direitos das mulheres e as formas de violência das quais são vítimas.

VII. A **Resolução nº 01/2012** do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da LDB, e define como conteúdos dos componentes curriculares obrigatórios da educação básica os direitos da mulher e outros assuntos com o recorte de gênero nos currículos dos ensinos fundamental e médio (Art. 19).

VIII. A **Recomendação nº 02/2013**, também do CEDF, traz recomendações específicas para melhor compreensão do Artigo 19 que institui como conteúdo dos componentes curriculares obrigatórios da educação básica, dos currículos dos ensinos fundamental e médio, os direitos da mulher e outros assuntos com o recorte de gênero.

IX. O [Currículo em Movimento da Educação Básica](#) (SEEDF, 2014) em seus [Pressupostos Teóricos](#) apresenta três eixos transversais: Educação para a Diversidade; Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade, que buscam garantir a unidade curricular e contemplar as narrativas historicamente negligenciadas.

X. **Decreto nº 37.982/2017** dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans - travestis, transexuais e transgêneros - no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal. O Decreto unificou a decisão sobre as políticas de uso do nome social que eram regulamentadas por meio de portarias específicas em algumas pastas, incluindo aqui a SEEDF com a Portaria nº 13/2010.

XI. **Portaria Conjunta nº 21, de 17 de Fevereiro de 2020** versa sobre a cooperação mútua entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para implementação e utilização de dois vídeos animados educativos da Turma da Mônica visando à prevenção da violência contra a mulher, sendo um deles destinados a crianças entre 7 e 11 anos, e o outro para crianças entre 12 e 18 anos.

CAPÍTULO 2 - PROGRAMAS E AÇÕES - SEEDF

Você sabia!?

O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Femicídio!

A *Política de Valorização das Meninas e Mulheres e Enfrentamento às Violências, da SEEDF* é composta por diversas ações e conta com importantes parceiros no processo de consolidação de iniciativas voltadas à promoção de uma sociedade livre de violências baseadas em hierarquizações e imposições de papéis sociais pautadas em questões de gênero. São elas:

I. Prevenção às violências contra meninas e mulheres - Parceria entre a SEE-DF/SSP-DF/ONU Mulheres/PNUD.

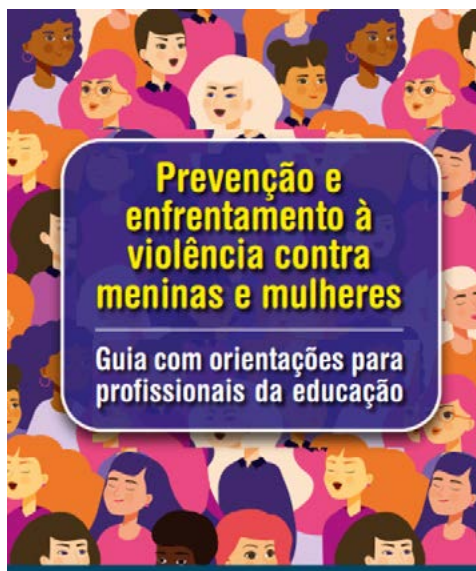
A cooperação mútua entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF - e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF - para implementação e utilização de dois vídeos animados educativos da Turma da Mônica visando à prevenção da violência contra a mulher, com aplicação nas escolas do Distrito Federal, nas mídias sociais e nos aplicativos de compartilhamento de vídeos foi instituída pela [Portaria Conjunta SSPDF/SEEDF n° 21](#), de 17 de fevereiro de 2020. A partir dessa parceria, a SSP/DF e a SEEDF, com a colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), produziram materiais (vídeos e guias disponíveis abaixo) voltados à prevenção às violências contra meninas e mulheres e por meio de ações pedagógicas pautadas na busca por relações saudáveis e respeitadas e pela ressignificação de padrões de comportamento desde a primeira infância. Como material complementar, foi lançado ainda o guia com dicas para as mulheres que se encontram em ambiente hostil sob risco de violência agravado pelo isolamento social resultante da pandemia de COVID 19.

O guia e os vídeos, fruto direto dos esforços conjuntos entre as duas Secretarias envolvidas, complementam-se quando problematizam os papéis

e lugares sociais impostos a meninos/homens e meninas/mulheres. Essas disposições são conhecidas como tecnologias de gênero e normalmente favorecem opressão, preconceitos e violências. A prevenção, desde a infância, é um importante caminho para a superação desse cenário.

GUIA: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS E MULHERES: GUIA COM ORIENTAÇÕES PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

O [Guia com Orientações para Professores e Professoras](#) visa contribuir com a adoção de uma prática pedagógica promotora de relações saudáveis e respeitadas entre os(as) estudantes e da ressignificação de padrões de comportamento desde a infância. O guia traz orientações sobre a utilização de recursos audiovisuais, aborda conceitos básicos sobre a violência que atinge as mulheres e aborda as diferentes formas de violências previstas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). O Guia apresenta, ainda, sequências didáticas, com propostas de dinâmicas em salas de aula.



Animações - Mauricio de Sousa Produções

Turma da Mônica em Juntos Pela Igualdade

O vídeo “Juntos pela Igualdade”, com a Turma da Mônica clássica, é direcionado a crianças de 7 a 11 anos e aborda a imposição de papéis sociais aos meninos e às meninas. De forma lúdica, a animação aborda a possibilidade de meninas e meninos serem livres dos estigmas e brincarem com o que quiserem, fala sobre meninos poderem chorar e sobre todos terem responsabilidades com o cumprimento das atividades domésticas.

Turma da Mônica Jovem em “Papo Reto”

“Papo Reto”, com a Turma da Mônica Jovem, ajuda adolescentes entre 12 a 17 anos a identificar indícios de comportamentos que podem levar a um relacionamento abusivo. Nele, as formas de violência como a moral, patrimonial e a psicológica, são abordadas com uma linguagem voltada aos(as) estudantes.

Você não está sozinha: [Guia de Prevenção à Violência contra a Mulher](#). Esse Guia traz orientações para professores, professoras e demais profissionais da educação com vistas à construção de relações saudáveis e respeitosas entre meninos e meninas, homens e mulheres, por meio de ações pedagógicas que possam colaborar para a ressignificação de padrões de comportamento, desde a primeira infância. Propõe-se um conjunto de atividades de sensibilização, reflexão e discussão organizadas, considerando as etapas e modalidades que estruturam o Sistema de Ensino do Distrito Federal, a serem desenvolvidas com os(as) estudantes a partir do uso de diversos materiais selecionados.



Live Prevenção e enfrentamento à violência contra meninas e mulheres. Nessa *live*, os recursos (vídeos e guia) são apresentados pelas profissionais que trabalharam na implementação da política trazendo um panorama dos sentidos, possibilidades e potencialidades do material de forma dinâmica e contextualizada. Indicado para educadores(as) que pretendem utilizar o recursos em sala de aula.

II. Convivência Escolar e Cultura de Paz (SEEDF)

O Caderno Orientador Convivência Escolar e Cultura de Paz foi construído com o objetivo de promover uma convivência escolar pautada em uma Cultura de Paz e na prevenção e enfrentamento a todos os tipos de violência. O documento apresenta um referencial informativo e formativo capaz de oferecer orientações à equipe gestora, à comunidade escolar e à rede de proteção. Trata-se de um compilado prático que alinha os conceitos ligados ao campo dos Direitos Humanos, da Cultura de Paz e da Mediação de Conflitos para uma ação educativa, integrada e interventiva.

Caderno orientador.



Live Semana Temática Letiva: Convivência Escolar e Cultura de paz - Lançamento do Caderno Orientador.

A live foi realizada com o objetivo de apresentar o Caderno Orientador, a sua estrutura e seu histórico de construção, assim como oportunizar aos(as) colaboradores(as) espaço para que exponham suas contribuições específicas das áreas nas quais tiveram maior participação.

III. Programa Maria da Penha vai à Escola (NJM/TJDFT)

Em parceria com o Núcleo Judiciário da Mulher, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (NJM/TJDFT), a SEEDF oferta à Rede Pública de Ensino o Programa “Maria da Penha Vai à Escola”. O objetivo principal é promover e divulgar a Lei Maria da Penha nas escolas. O programa promove, anualmente, cursos de formação continuada oferecido pela Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE), além de palestras e oficinas para toda a comunidade escolar mediante solicitação das unidades. Também são realizados eventos de valorização de práticas didáticas exitosas e foram lançados importantes materiais no auxílio do trabalho pedagógico de prevenção à violência contra meninas e mulheres. Seguem alguns materiais ligados ao Programa.

E-book Maria da Penha vai à Escola: Educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.



Orientações para a escuta especializada de crianças e adolescentes no contexto escolar.



Toolkit para Profissionais da Educação



[Live de apresentação do toolkit Maria da Penha Vai à Escola](#), com a Pedagoga Myrian Sartori (NJM/TJDFT).

IV. Programa Mulheres Inspiradoras

○ Programa Mulheres Inspira-

doras - PMI - faz parte das ações de valorização de mulheres, a partir das práticas de leitura e escrita na rede pública de ensino. Concebido pela professora Gina Vieira Ponte, o Programa tem como objetivo consolidar e fortalecer a formação continuada voltada para a valorização de mulheres, os letramentos dos(as) es-

tudantes e o reconhecimento da diversidade, fornecendo ferramentas para a compreensão da realidade, a desnaturalização de práticas discriminatórias e violentas, subsidiando profissionais da educação no sentido de incentivar os(as) estudantes para que produzam textos autorais. O objetivo é contribuir para o fortalecimento da formação de profissionais que desejam ressignificar as suas práticas pedagógicas adotando a perspectiva de uma educação em e para os Direitos Humanos e para a Diversidade. Além disso, o Programa contribui significativamente com a melhoria da qualidade da educação pública ofertada no DF e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A proposta prevê o desenvolvimento, nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, um trabalho sistemático com a escrita como prática social a partir da ampliação do repertório de leitura de obras de autoria feminina em sala de aula, bem como da abordagem de temas relativos à equidade de gênero e à valorização do protagonismo feminino, para a promoção de uma educação antissexista e antirracista. Esse arcabouço de temas e perspectivas pedagógicas estão em consonância com os eixos transversais do Currículo em Movimento da SEEDF e fomentam o debate e a reflexão relacionados à Educação para a Diversidade, para a Cidadania e a Educação em e para os Direitos Humanos.

Recomendamos, fortemente, a participação no curso e a materialização do programa nas unidades escolares! Para saber mais acesse o [Canal Mulheres Inspiradoras!](#)



V. Projeto Entre Elas



Como parte da Política de valorização de meninas e mulheres e enfrentamento às violências da SEEDF, apresentamos o Projeto “Entre Elas!” Inicialmente chamado de “Entre Garotas”, o projeto foi desenvolvido pela professora Isadora Freitas em 2017. A iniciativa ganhou dois prêmios: Conectando Boas Práticas, da Fundação Lemann, e o Prêmio Maria da Penha vai à Escola, realizado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Em nova versão, o nome “Entre Elas!” tem o intuito de alcançar as meninas e mulheres das escolas públicas do DF.

O Projeto funciona como uma ferramenta na rede de proteção às estudantes por meio da criação de espaços femininos para a reflexão sobre as relações de gênero, com ênfase no enfrentamento às violências. Os encontros são realizados com grupos pequenos, para o desenvolvimento de um espaço seguro e acolhedor para a troca de vivências, a partir de temas geradores, dentre eles: o corpo feminino, cuidado e prevenção; relações de gênero; padrões de beleza e autoestima; relacionamentos saudáveis e abusivos; violências contra meninas e mulheres: sinais de alerta, tipos de violência, fatores protetivos, legislação, rede de proteção e sororidade.

As atividades são desenvolvidas respeitando a autonomia de cada Unidade Educacional, bem como suas especificidades, pautadas sempre pelo Currículo em Movimento da SEEDF, o Projeto Pedagógico e outras normativas legais, também citadas neste documento. A *Live* Boas Práticas Pedagógicas para o Enfrentamento à Violência Contra as Meninas e Mulheres ouviu a idealizadora do Projeto e pode ser assistida no canal EducaDF².

Se você quer desenvolver um trabalho educativo visando ao empoderamento feminino, comprometido com a equidade de gênero e pautado no respeito aos Direitos Humanos e à Diversidade, procure-nos. Teremos prazer em auxiliar essa jornada. Mais informações sobre o Projeto Entre Elas podem ser obtidas pelo correio eletrônico [gdhd.dcdhd@edu.se.df.gov.br](mailto:gdh.dcdhd@edu.se.df.gov.br). No canal do youtube³ do Projeto também é possível ver o vídeo de divulgação deste.

2 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UhmO-L8tOOY>

3 Disponível em <https://www.youtube.com/channel/UC2knEUYyCi-880BcL0RsL6A>

CAPÍTULO 3 - VALORIZAÇÃO DAS MENINAS E MULHERES: PROPOSTAS DE RECURSOS PEDAGÓGICOS

Você sabia!?

A professora Celina Guimarães Viana, aos 29 anos, teve seu registro aprovado para votar em uma eleição municipal de Mossoró (RN) em 1928, antes da conquista do sufrágio feminino no Brasil.

3.1 Ações cotidianas que contribuem com a valorização das meninas e mulheres:

- I. Incentive ou, ao menos, não desencoraje as meninas a se interessarem pelas áreas de conhecimento no campo das “exatas”.
- II. Desconstrua a noção de que determinadas profissões e esportes são para “homens”.
- III. Busque contribuições femininas nas áreas de conhecimento ligadas ao componente curricular com o qual trabalha.
- IV. Não faça e problematize quando os(as) estudantes fizerem piadas que desqualificam as meninas ou que reproduzem estereótipos.
- V. Ressignifique, cotidianamente, noções tóxicas de masculinidades não reproduzindo e problematizando frases como “homens não choram”; “deixe de ser mulherzinha”, “
- VI. Proponha debates e estudos sobre a importância histórica dos movimentos de mulheres.
- VII. Selecione e promova discussões sobre reportagens e dados oficiais sobre o tema.
- VIII. Promova ações de pesquisa voltadas à verificação de notícias falsas e mitos sobre o tema.
- IX. Adote uma linguagem inclusiva e não sexista.

3.2 Mulheres que revolucionaram o Brasil

Existem inúmeras brasileiras que mudaram a história do país e, indiretamente, a vida de todos(as) os(as) brasileiros(os), entretanto, essas heroínas têm sua importância pouco reconhecida. Reconhecer o protagonismo dessas mulheres é parte do processo de valorização das mulheres por meio da resignificação das relações sociais e desmonte da imposição de papéis sociais. A lista abrange as mais diferentes áreas de atuação.

Trata-se de mulheres à frente do seu tempo que ousaram questionar a estrutura social e a lógica patriarcal impostas. Apesar das barreiras, das proibições e das violências, essas mulheres souberam resistir, brilhar e ocupar espaços que estavam vedados a elas. Com coragem e força, nunca deixaram de lutar e reivindicar.

Os valores da cooperação demonstrados pela e na luta feminista ajudaram muitas delas a superarem desafios e a quebrarem barreiras sociais quase intransponíveis. A História das Mulheres e suas conquistas não é apenas uma história de opressão, mas de vitórias e conquistas. Essas vitórias deixaram um legado para as jovens de hoje que, mesmo tendo muito ainda a fazer para a construção de um mundo mais justo, contam com diversas conquistas já consolidadas.

Selecionamos algumas personalidades, no entanto, essas não são, de forma alguma, mais importantes que outras, incluindo as mulheres à nossa volta. O intuito é recuperar e registrar a história de mulheres e suas contribuições, comumente invisibilizadas, como resultado de um sistema opressor e hierarquizante. A maioria dos trechos e imagens foram adaptados da obra *Extraordinárias - Mulheres que Revolucionaram o Brasil* (In SOUZA; CARARO, 2017). As demais seguem as fontes respectivamente.

Antonieta de Barros - Uma mulher a serviço da educação

11/07/1901, Florianópolis (SC)

† 28/03/1952, Florianópolis (SC)

Filha de uma mulher liberta, trabalhadora doméstica na casa de uma família com muito poder político. Teve como principais bandeiras, ao longo de sua trajetória, a educação para todos(as), valorização da cultura negra e emancipação feminina. Tornou-se professora em 1921, ao terminar a escola normal, maior nível de escolaridade permitido às mulheres na época. No ano seguinte, fundou o Curso Particular Antonieta de Barros, voltado para alfabetização da população carente e dirigido por ela até sua morte. Na luta por uma educação de qualidade e acessível a todas as mulheres, Antonieta encontrou diversos caminhos para cumprir seus objetivos: foi educadora, jornalista, escritora e política. Em 1934, lança sua candidatura para a Assembleia catarinense, sendo eleita apenas dois anos depois de o voto feminino ser permitido no país, tornando-se a primeira líder negra a assumir um mandato popular no Brasil. É dela o projeto de lei que criou o Dia do Professor e o feriado escolar nessa data (Lei Nº 145, de 12 de outubro de 1948), em Santa Catarina. A data foi oficializada para o país todo em 1963 (Cf. SOUZA; CARARO, 2017).



Ilustração: Veridiana Scarpelli

Dandara - A líder de Palmares

[Local e data desconhecidos]

† 06/02/1694, União dos Palmares (AL)

Guerreira negra, aprendeu a fabricar espadas e a lutar com elas, capoeirista forte e corajosa, planejava ações de combate e liderava seus companheiros na luta pela liberdade, assim sobrevive em relatos e lendas populares a história de Dandara, rainha do Quilombo dos Palmares e companheira de Zumbi. Não se sabe ao certo se ela nasceu no Brasil ou no continente africano, mas estima-se que ela se juntou ainda menina ao grupo de negros e negras que desafiaram o sistema colonial escravista por quase um século. Independentemente da falta de registros oficiais de sua existência, uma coisa é certa: falar sobre Dandara é questionar o silêncio e o apagamento imposto às mulheres negras no Brasil. Dandara é símbolo da resistência e dos sacrifícios feitos por aqueles que lutaram contra a escravidão com todas as forças. Junto com Luiza Mahin, teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria pela Lei nº 13.816/2019 (CF. SOUZA; CARARO, 2017).

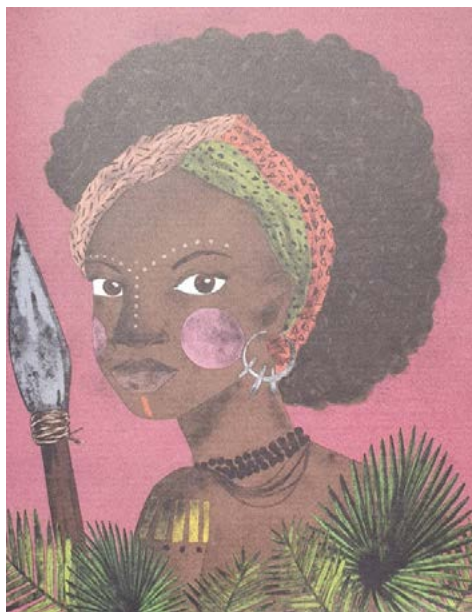


Ilustração:Lole

Dona Ivone Lara - A majestade do samba

13/04/1921, Rio de Janeiro (RJ)

† 16/04/2018, Rio de Janeiro (RJ)

Nasceu em Botafogo, no Rio de Janeiro. Seu ambiente familiar trouxe grandes referências para sua musicalidade: mãe cantora, pai violinista e, mais tarde, rodas de choro organizadas na casa de seu tio, com quem aprendeu a tocar cavaquinho. De grande sensibilidade musical, compôs sua primeira canção aos 12 anos. Dona de uma voz e de uma presença inconfundíveis, tornou-se a primeira mulher a integrar a ala dos compositores da escola de samba, assinando, em 1965, com Bacalhau e Silas de Oliveira, o samba-enredo da Império Serrano. Negra, mãe e trabalhadora, abriu passagem para a força do feminino no samba. O ambiente predominantemente machista das escolas de samba na década de 40 não impediu Dona Ivone de se consagrar cantora e compositora, sendo conhecida como a grande dama do samba. Sua jornada de superação e bravura ajudou a ampliar a participação feminina na formação da identidade cultural brasileira, abrindo caminho para que outras mulheres pudessem participar da roda (CF. SOUZA; CARARO, 2017).



Ilustração: Bárbara Malagoli

Dorina Nowill - A ativista dos olhos da alma

28/05/1919, São Paulo (SP)

† 29/08/2010, São Paulo (SP)

Dorina ficou cega aos 17 anos de idade, vítima de uma doença não diagnosticada. Ela foi a primeira estudante cega a frequentar um curso regular na Escola Normal Caetano de Campos. Percebendo a carência, no Brasil, de livros em braille – sistema de escrita e leitura para cegos –, criou a então Fundação para o Livro do Cego no Brasil em 1946, que em 1991 passou a se chamar Fundação Dorina Nowill para cegos. Ao longo de suas mais de seis décadas de trabalho à frente da Fundação, recebeu vários prêmios e medalhas nacionais e internacionais. Dorina sempre lutou pelo desenvolvimento pleno e pela inclusão social das pessoas com deficiência visual. Sua determinação, inteligência e perseverança fizeram com que ela se tornasse uma referência internacional. Segundo ela, “Vencer na vida é manter-se de pé quando tudo parece estar abalado. É lutar quando tudo parece adverso. É aceitar o irreversível. É buscar um caminho novo com energia, confiança e fé.” (Cf. Fundação Dorina Gouvêa Nowill).



Ilustração: Yara Kono

Indianara Siqueira - Uma ativista transformadora

18/05/1971, Paranaguá (PR)

Ativista dos Direitos Humanos, coordenadora da ONG carioca TransRevolução e idealizadora de vários projetos dedicados a pessoas em situação de vulnerabilidade que oferecem cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, supletivos e cursos profissionalizantes, como o Casa Nem e o Prepara Nem. Moradora da Zona Oeste do Rio, Indianara luta por uma cidade e uma sociedade verdadeiramente livre, libertária e solidária para todos(as), construída pelo afeto. Líder da comunidade transvestigêneres, que resulta da união das palavras transexual, travesti e transgênero, a paranaense enveredou na carreira política para lutar pelo que acreditava. Hoje é uma das principais referências de luta no Brasil pelo direito das pessoas transvestigêneres de serem chamadas por seu nome social e respeitadas independentemente do seu sexo biológico, de como se portam, se vestem ou se apresentam. Sua história é sinônimo de educação e transformação. “Sororidade, solidariedade, amor e respeito são as fórmulas para uma revolução”, afirmou (CF. SOUZA; CARARO, 2017).



Ilustração: Adriana Komura

Madalena Caramuru - A primeira brasileira alfabetizada

Primeira metade do século XVI, Bahia

† [Local e data desconhecidos]

Madalena era uma das filhas do naufrago português Diogo Álvares Correia, mais conhecido como Caramuru, e da indígena tupinambá Paraguaçu, que adotou o nome cristão de Catarina do Brasil. Em 1534, ela se casou com o português Afonso Rodrigues, que foi quem a alfabetizou. Depois de instruída, manifestou-se em defesa do povo brasileiro diante dos portugueses. Em 1561, ela escreveu um documento para a Corte Portuguesa exigindo o fim dos maus tratos às crianças indígenas e o início da educação feminina. A Corte julgou a iniciativa perigosa e vetou o pedido. Apesar de algumas dessas correspondências terem se perdido no tempo, Madalena, além de ser a primeira mulher alfabetizada documentada na história do país, tornou-se também a primeira a usar nosso código linguístico para lutar pela ampliação do direito à educação. Apenas em meados do século XVIII, as meninas passaram a frequentar as escolas brasileiras, mas com muitas restrições. Mais tarde, com a Lei geral de 1827, foi autorizada a abertura de escolas públicas femininas, garantindo apenas os estudos primários. São mulheres como Madalena Caramuru que contam a história da alfabetização no Brasil, buscando garantir esse direito a todos. Direito esse que continua sendo a maneira mais efetiva para se conquistar um futuro melhor (CF. SOUZA; CARARO, 2017).



Ilustração: Joana Lira

Maria Felipa de Oliveira - Algoz dos Portugueses

[Local e data desconhecidos]

† 04/01/1873, local desconhecido

Não se sabe ao certo se ela era escravizada, se foi alforriada ou se nasceu livre, o que se sabe com certeza é que foi símbolo da resistência na luta pela independência do país. A falta de registros históricos a seu respeito é compensada pela bravura de seus feitos, marcados na memória coletiva da Ilha de Itaparica, na baía de Todos os Santos. Felipa se destacava na comunidade como marisqueira, capoeirista e liderando um grupo de mulheres chamado 'as vedetas [vigias] da praia'. Ela se informava sobre os acontecimentos da Guerra da Independência e repassava as informações para integrantes da resistência. Quando o líder português Madeira de Melo tentou ocupar a ilha com suas embarcações para então buscar a reconquista de Salvador, foi atacado pelo grupo de Felipa, que não precisou de armas de fogo para derrotar os portugueses. Conhecedoras do território e munidas apenas de peixeiras e galhos da planta *cansação*, elas expulsaram os soldados e queimaram as embarcações com tochas feitas de palha de coco. Sua história ainda é pouco conhecida, mas essa heroína tem um lugar especial no coração da comunidade negra da Bahia. Algumas iniciativas buscam resgatar seu legado e de outras heroínas invisibilizadas. Uma dessas pesquisas resultou na construção do seu retrato baseado em subsídios históricos, literários e da tradição oral, com o trabalho da perita técnica Filomena Modesto Orge, do Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto da Bahia, para dar identidade a essa personagem lembrada como a Heroína Negra da Independência da Bahia (CF. SOUZA; CARARO, 2017).



Ilustração: Laura Athayde

Maria Firmina dos Reis - A primeira romancista

11/10/1825, São Luís (MA)

† 11/11/1917, Guimarães (MA)

Maria Firmina dos Reis foi uma expoente da cultura maranhense. Além de ser escritora e poeta, contribuiu com artigos para diversos jornais de sua época, e também atuou no campo da música. Foi a primeira mulher a ser aprovada em um concurso público no Maranhão para o cargo de professora. Oito anos antes da Lei Áurea, criou a primeira escola mista e gratuita do Maranhão e uma das primeiras do País. O feito causou muita repercussão na época, e a escola precisou suspender suas atividades com menos de três anos de existência. Sua obra mais famosa, *Úrsula* (1859), é considerada o primeiro romance escrito por uma mulher no Brasil. Em seu texto, Maria Firmina inova ao criticar a escravidão dando corpo e voz a personagens negras e representando-as como seres humanos, que têm nome, história e memória. Sua obra ficou esquecida durante muito tempo e vários documentos de seus arquivos pessoais foram perdidos. Para alguns autores, “a insistência da autora em denunciar e criticar a escravidão pode ter sido a causa do obscurantismo”(in: D'ANGELO, Helô. 2017). Aos poucos, a escritora vem sendo redescoberta e sua importância reconhecida (CF. SOUZA; CARARO, 2017).



Ilustração: Joana Lira

Eliane Potiguara - 29/09/1950, Rio de Janeiro (RJ)

Eliane Potiguara é uma das vozes mais significativas e fortes dentro do contexto indígena, Conselheira do INBRAPI (Instituto Indígena de Propriedade Intelectual), coordenadora da Rede de Escritores Indígenas na Internet e do Grumin. Foi indicada, por seu trabalho como ativista, como representante do Brasil na campanha “Mil Mulheres Para o Prêmio Nobel da Paz 2005”. Foi nomeada uma das 10 mulheres do ano em 1988, pelo Conselho das Mulheres do Brasil, por ter criado o GRUMIN. Participou, durante anos, da elaboração da “Declaração Universal dos Direitos Indígenas”, na ONU em Genebra. Em 1987, Potiguara deu início ao projeto GRUMIN, Grupo Mulher Indígena-Educação, um programa visando a mulheres indígenas em centenas de comunidades brasileiras, não só para promover a educação dessas mulheres, como para incentivá-las a participar ativamente nas suas comunidades e na sociedade em geral, num trabalho conjunto de preservação e divulgação do conhecimento, das tradições e da cultura ancestral, que almeja resultar na afirmação de uma identidade indígena livre da carga estereotipada que o pensamento eurocêntrico vinha lhe impondo. Por meio dessa entidade, ela luta pela efetiva construção de políticas públicas voltadas para a proteção das mulheres indígenas em relação aos problemas e preconceitos que enfrentam em sua luta cotidiana por um lugar a que têm direito, na sociedade brasileira. Para Potiguara, militância política e trabalho literário representam duas facetas de uma mesma proposta e um mesmo engajamento. Contar as histórias, as lutas e as memórias dos povos indígenas é uma forma de realização do seu projeto maior: defender os direitos dos povos indígenas, resgatar o que lhes foi tomado pelos colonizadores e preservar suas culturas. Potiguara considera que a mulher indígena é fundamental no processo de preservação das culturas indígenas e, assim, essa mulher vem ocupar uma posição central em sua luta política e em sua obra literária. Em seus discursos, a autora tem os objetivos principais: a conscientização do público sobre a questão indígena – a discriminação, injustiça e violência sofridas pelos povos indígenas – e sobre o papel que os indígenas brasileiros podem desempenhar em uma sociedade multiétnica e multicultural e a conscientização das próprias mulheres indígenas sobre sua condição social e a importância da educação no processo de transformação dessa condição (Cf. GUIMARÃES. 2018).



Margarida Alves - Um símbolo de resistência no campo

05/08/1943

† 12/08/1983

Nascida e criada em Alagoa Grande, no Brejo Paraibano, foi a primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade. Lá, fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, uma iniciativa que, até hoje, contribui para o desenvolvimento rural e urbano sustentável, fortalecendo a agricultura familiar. Sua luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores sem terra entrou em conflito com os interesses dos latifundiários, tornando-a uma ameaça para eles. Margarida era destemida e afirmou em discurso que “Não tememos qualquer ameaça e vamos à luta até o fim por melhores condições de vida dos trabalhadores rurais da Paraíba, doa isto em quem doer, goste quem gostar, porque entendo que é melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Infelizmente, Margarida foi assassinada pouco depois dessa fala. Ela tinha acabado de completar 40 anos e teve sua trajetória encerrada com um tiro no rosto na frente de toda a vizinhança, de seu marido e filho. Mas sua luta contra a exploração dos camponeses permanece viva. Ela recebeu, postumamente, vários prêmios e honrarias, incluindo o prêmio Pax Christi Internacional, em 1988, e a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 2002. Margarida também virou nome da Fundação em Defesa dos Direitos Humanos em João Pessoa. O dia de seu assassinato, 12 de agosto, é conhecido como o Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária. Desde 2000, acontece nesta data a Marcha das Margaridas em defesa da reforma agrária e dos direitos dos(as) trabalhadores(as) do campo (Cf. Fundação Margarida Alves, 2009).



(Ilustração de Laura Athayde)

Rosane Mattos Kaingang

dia e mês não informado/1962

† 16/10/2016

Rosane pertencia à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e à Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul). Foi uma das responsáveis por uma missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) que investigou as condições de vida e violações aos direitos das populações indígenas do Sul do Brasil. Começou a militar no movimento indígena na Conferência Rio-92. Pouco depois, participou do I Encontro Nacional das Mulheres Indígenas e foi uma das fundadoras do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas (Conami). Em uma audiência na Câmara com a relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre direitos dos povos indígenas, Rosane emocionou-se ao lembrar da morte do menino Kaingang Vítor Pinto, de 2 anos, degolado em Imbituda (SC). “O que dói mais é a impunidade”, disse. “Meu nome indígena é Kokoij, que significa beija-flor e que me foi dado em homenagem à minha bisavó que morreu com 120 anos, numa cerimônia feita por meu avô quando eu nasci”, contou Rosane. A líder indígena entrou na Funai em 2001 e, entre 2005 e 2007, ocupou o cargo de coordenadora geral de Desenvolvimento Comunitário, tendo criado toda uma estrutura para apoiar projetos de mulheres indígenas, incentivando ainda a organização política dessas mulheres. Ela também participou da fundação da Apib, em 2009. Desde esse período, trabalhou na articulação política da Arpinsul e da Apib, participando de dezenas de reuniões, seminários, audiências e mobilizações das delegações indígenas que vinham a Brasília de todos os cantos do Brasil, em especial a Mobilização Nacional Indígena e o Acampamento Terra Livre. Morreu em Brasília em 16 de outubro de 2016, aos 54 anos, no Hospital Universitário (HUB). Lutou por três anos contra um câncer (Cf. SOUZA, 2016).



3.3 Sítios

Apresentamos um compilado de sítios que contemplam as mais diversas temáticas relativas à equidade entre meninos e meninas e também à prevenção à violência doméstica. Essas páginas, além de oferecerem informações para o cotidiano, podem auxiliar na construção de planos de aula e ações pedagógicas coletivas que contemplem a transversalidade do assunto no currículo escolar. Os sítios que apresentaremos abaixo foram selecionados a partir de critérios pedagógicos e seus conteúdos estão de acordo com a legislação vigente.

I. Revista AzMina

Jornalismo, tecnologia e informação contra o machismo. AzMina é uma revista independente, sem fins lucrativos, produzida por mulheres e que busca combater os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras. Além da revista digital, elas criaram o PenhaS, app de enfrentamento à violência doméstica que visa informar, criar redes de proteção e auxiliar em todos os níveis mulheres em situação de violência. Campanhas, palestras, eventos e consultorias também são organizados por elas. Disponível em: <https://azmina.com.br/>.

II. Revista Capitolina

A Capitolina é uma revista on-line, independente, para garotas adolescentes. Criada por jovens que sentiram falta de ter suas experiências representadas na mídia, a revista tem a intenção de estabelecer um diálogo honesto com as leitoras, sendo acessível, interessante e inclusiva. Além disso, mistura todas as formas de artes e discussões sobre escola, relacionamentos, *games*, *gadgets*, moda e culinária. A proposta é abarcar os mais variados assuntos para diversos públicos, considerando, por exemplo, pertencimento racial e de classe, de modo que todas as garotas possam se encontrar na revista.

Disponível em: <http://www.revistacapitolina.com.br/colunas/educacao/>

III. Geledés - Instituto da Mulher Negra

É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira. Posiciona-se também contra todas as demais formas de discriminação que limitam a realização da plena cidadania, tais como: a lesbofobia, a homofobia, os preconceitos re-

gionais, de credo, opinião e de classe social. As publicações da Geledés contribuem para a compreensão sobre as especificidades das mulheres negras dentro do debate sobre a valorização das mulheres e enfrentamentos às violências. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>

IV. Mulheres na Ciência (Women in science)

É um programa do British Council que busca o fortalecimento de vínculos em torno de mulheres na ciência no Brasil e com o Reino Unido nos âmbitos individual e institucional. Iniciado em 2018, o programa visa à promoção da agenda científica para mulheres e o fortalecimento de redes nacionais e internacionais.

Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/mulheres-na-ciencia>

Revista: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/dl_revista.pdf

<https://portal.fiocruz.br/mulheres-e-meninas-na-ciencia>

V. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Uma nova política global adotada pelos 193 países membros das Nações Unidas em 2015, com o objetivo de elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas. Para isso, foram elencados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas – a serem alcançadas por meio de uma ação conjunta que agrega diferentes níveis de governo, organizações, empresas e a sociedade como um todo nos âmbitos internacional, nacional e também local. A Meta 5 da Agenda 2030 é Alcançar a Igualdade de Gênero e Empoderar todas as Mulheres e Meninas. Disponível em:

<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Glossario-ODS-5.pdf>

VI. Observatório da Mulher contra a Violência

Tem como missão “contribuir para o fim da violência contra as mulheres, constituindo-se como uma plataforma de referência nacional e internacional em dados, pesquisa, análise e intercâmbio entre as principais instituições atuantes na temática de violência contra as mulheres.” Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv>

VII. Observatório da Mulher do DF

O Observatório tem o objetivo de contribuir para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres no Distrito Federal. Considera as múltiplas formas de desigualdades e contempla as mulheres na sua diversidade. Além disso, colabora para a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas, somadas ao controle e à participação social, que permitem ao cidadão do Distrito Federal o acesso a dados e conteúdos relacionados à igualdade de gênero e às políticas públicas voltadas para as mulheres. Disponível em: <http://www.observatoriodamulher.df.gov.br/o-que-e/>

VIII. Projeto A Cor da Cultura

É um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira, fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o Cidan - Centro de Informação e Documentação do Artista Negro-, o MEC, a Fundação Palmares, a TV Globo e a Seppir - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O projeto teve seu início em 2004 e, desde então, tem realizado produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam a práticas positivas, valorizando a história desse segmento sob um ponto de vista afirmativo. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/>

IX. Literafro: o portal da literatura afro-brasileira

Fruto do trabalho do Grupo de Interinstitucional de Pesquisa Afrodescendências na Literatura Brasileira, constituído em 2001 e sediado no Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade - NEIA -, da Faculdade de Letras da UFMG. Além do Portal, o grupo participa de inúmeras publicações, com destaque para a coleção Literatura e Afrodescendência no Brasil: antologia crítica (UFMG, 2011, 4 vol.) e para os volumes didáticos Literatura afro-brasileira – 100 autores do século XVIII ao XXI (Pallas, 2014) e Literatura afro-brasileira – abordagens na sala de aula (Pallas, 2014). Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>

3.4 Recursos Audiovisuais

Recursos audiovisuais constituem importantes alternativas didáticas, lúdicas e prazerosas, sendo potencialmente eficazes no que diz respeito à sensibilização, letramentos e abordagem de temáticas como as da diversidade. Estes, ao trabalharem com diversas linguagens artísticas, mobilizam vários sentidos e desenvolvem o letramento artístico, bem como a leitura do mundo social. Por isso, apresentamos algumas sugestões de vídeos, *lives*, curtas e longas-metragens que podem ser utilizados como base para Planos de Aula, promover o debate entre educadores(as) e educandos(as) ou servirem para a produção de Unidades Didáticas figurando como recursos para discussões em sala de aula ou em momentos de formação dos(as) profissionais da educação.

3.4.1 Vídeos

Filmes

A presente seleção de filmes tem por objetivo a instrumentalização dos(as) profissionais de educação, apresentando materiais audiovisuais diversos, cuja temática permite ampla discussão e debate em sala de aula.

I. **Acorda, Raimundo, acorda! (Alfredo Alves, 1990)**

E se as mulheres sáíssem para o trabalho enquanto os homens cuidam dos afazeres domésticos? Essa é a história de Marta e Raimundo, uma família operária, seus conflitos familiares e o machismo, vividos num mundo onde tudo acontece ao contrário.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HvQaqcYQyxU>

Duração: 16 min

Classificação: Livre

II. **Vida Maria (Márcio Ramos, 2007)**

Uma menina de cinco anos de idade se diverte aprendendo a escrever o nome, mas é obrigada pela mãe a abandonar os estudos e começar a cuidar dos afazeres domésticos e trabalhar na roça. O curta tem a intenção de evidenciar o ciclo de reprodução das condições que mantêm as meninas e mulheres do campo em determinadas situações sociais.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7Q8qKDOjWcg>

Duração: 8min36s

Classificação: Livre

III. Preciosa (Lee Daniels, 2009)

Inspirada pelo romance “Push”, da escritora Sapphire, o filme conta a história de Claireece “Precious” Jones, uma jovem de 16 anos que sofreu diversos abusos durante sua infância. Ela engravida pela segunda vez – de seu pai – e é suspensa da escola. A diretora, então, consegue uma vaga em uma escola alternativa, onde, com a ajuda de uma educadora, que consegue ver para além das marcas da violência que sofreu, ela aprende a ler e a escrever e consegue mudar os rumos de sua vida.

Duração: 1h40

Classificação: 16 anos

IV. Estrelas Além do Tempo

(Theodore Melfi, 2016) - Passa no ambiente da Guerra Fria, na década de 1960, em que Estados Unidos e União Soviética disputavam a supremacia na corrida espacial ao mesmo tempo em que a sociedade norte-americana lida com uma profunda cisão racial, entre brancos e negros. Tal situação é refletida também na NASA, em que um grupo de funcionárias negras é obrigado a trabalhar à parte. É lá que estão três matemáticas e grandes amigas. Além de lidar com o preconceito arraigado para que consigam ascender na hierarquia da NASA, elas se tornam fundamentais para o avanço tecnológico que permitiu a ida do primeiro americano ao espaço. O filme é baseado no livro homônimo de Margot Lee Shetterly.

Duração: 2h07

Classificação: Livre

V. Persépolis (Marjane Satrapi e Vincent Paronnaud, 2008)

Baseado na autobiografia em quadrinhos de Marjane Satrapi, a animação conta a história de uma garota iraniana que emigra para a França para continuar seus estudos e deixar o país que estava então sob o regime do Aiatolá Khomeini. Na Europa, a menina sofre inúmeras dificuldades de adaptação. Contudo, na volta ao Irã, Marjane também não mais se encontra. A dificuldade da garota em se adequar ao que as diferentes sociedades esperam de uma mulher faz com que ela viva em uma espécie de limbo entre as duas culturas. Classificação: livre.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Osk_guNfNZI
(1h18)

VI. As Sufragistas (Sarah Gavron, 2015)

No início do século 20, após décadas de manifestações pacíficas, as mulheres ainda não possuem o direito de voto no Reino Unido. Um grupo militante decide coordenar atos de insubordinação, quebrando vidraças e explodindo caixas de correio, para chamar a atenção dos políticos locais à causa. Maud Watts (Carey Mulligan), sem formação política, descobre o movimento e passa a cooperar com as novas feministas. Ela enfrenta grande pressão da polícia e dos familiares para voltar ao lar e se sujeitar à opressão masculina, mas decide que o combate pela igualdade de direitos merece alguns sacrifícios.

Duração: 8h07

Classificação: 14 anos

VII. Nise: o coração da loucura (Roberto Beliner, 2016)

Ao sair da prisão, a doutora Nise da Silveira volta aos trabalhos num hospital psiquiátrico no subúrbio do Rio de Janeiro e se recusa a empregar o eletrochoque e a lobotomia no tratamento dos esquizofrênicos. Isolada pelos médicos, resta a ela assumir o abandonado Setor de Terapia Ocupacional, no qual dá início a uma revolução regida por amor, arte e loucura.

Duração: 1h46min

Classificação: 12 anos

VIII. Terra Fria (Niki Caro, 2005)

Baseado em um caso real, o filme conta a história de Aimes, uma mulher que abandona o marido que a espancava para procurar um emprego e sustentar sozinha seus dois filhos. Para tanto, ela resolve trabalhar em uma mineradora de ferro no interior do estado de Minnesota, nos EUA. Por ser uma das poucas mulheres que trabalhavam no local, a personagem sofre com os abusos masculinos que vão desde xingamentos até investidas sexuais. Sem respostas para suas reclamações, Aimes decide entrar com uma ação judicial contra a empresa, sendo propositora da primeira ação coletiva por assédio sexual dos Estados Unidos, dando início a um marco de lutas feministas no país e no mundo.

Duração: 2h6min

Classificação: 16 anos

IX. Flor do deserto (Sherry Hormann, 2009)

Aos 13 anos, Waris Dirie fugiu de sua aldeia no interior da Somália para escapar de um casamento arranjado. Enviada a Londres, trabalha como empregada na embaixada da Somália. Quando adulta, torna-se modelo, mas permanece nela uma marca da sua infância: a mutilação genital, uma das maiores agressões – ainda legal em muitos países – às mulheres no mundo.

Duração: 2h27min

Classificação: 14 anos

X. O Sorriso de Mona Lisa (Mike Newell, 2003)

A história de um grupo de mulheres brilhantes que estudavam em uma universidade dos anos 50 nos Estados Unidos, mas que, mesmo com os estudos, tinham como horizonte se tornarem boas e cultas esposas. É aí que entra uma professora de artes: ampliando as possibilidades e referências das meninas, a educadora convida as estudantes a desafiarem essa situação e fazer com que assumam seu protagonismo na sociedade.

Duração: 1h57min

Classificação: Livre

XI. Sussurros do coração (Yoshifumi Kondo, 1995)

Como na maior parte dos filmes do estúdio de animação japonês GHIBLI, capitaneado por Hayao Miyazaki, “Sussurros do coração” é protagonizado por uma menina que acredita na sua própria força. Shizuku Tsukishima é uma garota que, aos 14 anos, decide que quer ser escritora. Disposta a concretizar seu sonho, a jovem larga tudo e começa sua missão pelo mundo da imaginação com disciplina, afino e sem descanso.

Duração: 1h50

Classificação: livre

XII. Cores e Botas (Juliana Vicente, 2010)

Joana tem um sonho comum a muitas meninas dos anos 80: ser paqueta. Sua família é bem sucedida e apoia seu sonho. Porém, Joana é uma menina negra e nunca houve uma paqueta de sua cor no programa da Xuxa.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ll8EYEygU0o>>

Duração: 15m55s

Classificação: Livre

XIII. Minas do Futebol (Yugo Hattori, 2017)

Quando meninas ganham um campeonato masculino contra grandes times como o Corinthians e o São Paulo, e isso é apenas o começo. “O impossível é temporário” como elas costumam dizer. O documentário Minas do Futebol acompanha o time feminino do A.D. Centro Olímpico lembrando a vitória no campeonato Moleque Travesso e o desenrolar na participação do primeiro Campeonato Paulista Sub -17, sendo elas um time Sub -15, inclusive com jogadoras com apenas 13 anos.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9gNsVlNFXRU>

Duração: 1h10

Classificação: Livre

XIV. Moana - Um Mar de Aventuras (John Musker, 2016)

Uma jovem parte em uma missão para salvar seu povo. Durante a jornada, Moana conhece o outrora poderoso semideus Maui, que a guia em sua busca para se tornar uma mestre em encontrar caminhos. Juntos, eles navegam pelo oceano em uma viagem incrível.

Duração: 1h 47min

Classificação: Livre

XV. Valente (Mark Andrews, 2007)

A princesa Merida deve seguir os costumes do seu reino e tomar-se rainha ao lado do cavaleiro que conseguir a sua mão durante um torneio de arco e flecha. Porém, a jovem está determinada a trilhar seu próprio caminho e desafia a tradição ancestral. A partir da amizade com sua mãe, ela descobre o que é coragem em meio aos conflitos da relação mãe e filha.

Duração: 1h40min

Classificação: Livre

XVI. Frozen - Uma aventura Congelante (Hans Christian Andersen, 2013)

Acompanhada por um vendedor de gelo, a jovem e destemida princesa Anna parte em uma jornada por perigosas montanhas de gelo na esperança de encontrar sua irmã, a rainha Elsa, e acabar com a terrível maldição de inverno eterno, que está provocando o congelamento do reino. A amizade entre duas irmãs é o foco das vivências entre elas.

Duração: 1h 42min

Classificação: Livre

XVII. Mulan (Niki Caro, 1998)

Uma jovem destemida arrisca a própria vida por amor à família e à pátria para se tornar uma das maiores guerreiras de toda a China. Quando o Imperador da China emite um decreto estabelecendo que um homem de cada família deve servir no exército imperial para defender o país dos invasores do Norte, Hua Mulan, a filha mais velha de um honrado guerreiro, apresenta-se no lugar de seu pai adoentado. Disfarçada de homem, como Hua Jun, ela é testada a cada etapa do caminho e deve controlar sua força interior e abraçar seu verdadeiro potencial. É uma jornada épica que vai transformá-la em uma reverenciada guerreira e levá-la a conquistar o respeito de uma nação agradecida.

Duração: 1h 28min

Classificação: Livre



Documentários e palestras

A linguagem do vídeo documental apresenta um tema a fim de construir reflexões a partir de fatos da realidade. Podem servir tanto de ilustrações para uma aula já planejada quanto para concluir uma aula ou iniciar um debate que suscite produção de textos diversos e/ou de vídeos e incentive a realização de pesquisas com vistas ao letramento audiovisual, construção de argumentos e levantamento de dados. A seguir, apresentaremos sugestões de documentários que problematizam questões de gênero e a condição feminina.

I. Como se fosse da família (Alice Riff e Luciano Onça, 2013)

Documentário que conta a história de duas trabalhadoras domésticas remuneradas que refletem sobre suas trajetórias de vida. Trabalhando desde meninas até a vida adulta em uma mesma família, as protagonistas debatem a recente regulamentação que garante os mesmos direitos dos(as) outros(as) trabalhadores(as) às domésticas: “minha história seria outra”, afirma uma delas.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jxyec8Ud03c>

Duração: 13 min.

Classificação: Livre

II. Que bom te ver viva (Lucia Murat, 1989)

Conta a história de mulheres que resistiram à ditadura militar brasileira, lutando pela liberdade. O filme, realizado poucos anos após o fim do regime, mostra também como elas lidam com a transição à democracia, com a memória das violências que sofreram e com os resquícios da ditadura ainda presentes.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RSYUXUSALKU>

Documentário completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zqpybT37k9A&t=81s>

Duração: 1h40 - Classificação: Livre

III. O Silêncio das Inocentes (Ique Gazzola, 2010)

A vida e história de mulheres vítimas de violência doméstica é o foco deste documentário. A obra relata também o caso de violência contra a farmacêutica Maria da Penha, cujo nome batiza a lei que tipifica os tipos de violência contra as mulheres, inaugura as medidas protetivas e pune com mais rigor os agressores.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uxXKISli9KY>

Duração: 52min - Classificação: Livre (Alerta de gatilho - narrativas de violência doméstica).

IV. Vidas de Carolina (Brasil, 2015)

Contemplado pela sétima edição do prêmio Criando Asas, Vidas de Carolina conta a história de duas mulheres que sobrevivem da coleta de resíduos recicláveis. O documentário foi inspirado na vida da inusitada catadora de lixo e escritora da década de 40, Carolina Maria de Jesus. Relatos de familiares da escritora e trechos do livro “Quarto de Despejo” conectam as três histórias.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AkeYwVc2JL0>.

Duração: 9m51s

Classificação: Livre (recomendado aos Anos Finais, Ensino Médio e EJA)

V. Cultne Doc – Mulher negra – Thereza Santos (Brasil, 2011)

Enugbariô - Registrou entrevistas históricas em São Paulo no ano de 1985. Na oportunidade, Ras Adauto, Vik e Amauri Pereira entrevistaram personagens importantes da cultura negra brasileira, entre elas os membros da Frente Negra Brasileira e a militante Thereza Santos.

Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=WDgGLJ3TPQU>>

Duração: 15min

Classificação: Livre (recomendado aos Anos Finais, Ensino Médio e EJA)

VI. A realidade de trabalhadoras domésticas negras e indígenas (Brasil, 2014)

Parte da série jornalística “Trabalho doméstico, Trabalho decente”, esse especial retrata a realidade de trabalhadoras domésticas negras e indígenas do Brasil, Bolívia, Guatemala e Paraguai na busca por direitos, respeito e dignidade. O documentário visibiliza oportunidades e desafios dos países para a promoção dos direitos econômicos e do empoderamento das mulheres. Essa série foi produzida pela TV Brasil Internacional e contou com o financiamento e assessoria técnica da ONU Mulheres (antigo UNIFEM) por meio do Programa Regional Gênero, Raça, Etnia e Pobreza, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s4UsjpFg2Vg>

Duração: 31min

Classificação: Livre (recomendado para Anos Finais, Ensino Médio e EJA).

VII. The Brazilian carnival queen deemed ‘too black’- A Globeleza que era negra demais (Brasil, 2016, 9m)

Nayara Justino acreditou que o sonho dela se realizou quando ela foi selecionada como a Globeleza em 2013, depois de um voto público em um dos programas de televisão maiores do Brasil. Mas algumas pessoas a consideram negra demais para ser uma rainha aceitável. Nayara e a sua família se perguntam o que tudo isso diz sobre papéis raciais no Brasil moderno.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=S0ODz9aIQ_k

Duração: 9min

Classificação: 14 anos

VIII. Boa Esperança – minidoc (Brasil, 2015/2016)

Minidoc apresenta o processo de construção do videoclipe “Boa Esperança”, de Emicida. O videoclipe trata das discriminações enfrentadas por empregadas domésticas e sua revanche contra os patrões.

Minidoc - disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3NuVBNeQw0I>>

Videoclipe - disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AauVal4O-DbE>>

Duração: Minidoc 11min/Videoclipe 7min

Classificação: Livre (recomendado para Anos Finais, Ensino Médio e EJA).

IX. Mulheres do Brasil

Vídeo de Sérgio Godoy em homenagem às mulheres brasileiras e ao movimento feminista que lutou e luta pela igualdade de gênero.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AnGkok3UF4M>

Duração: 13 min

Classificação: Livre (recomendado para Anos Finais, Ensino Médio e EJA)

X. Mulheres Lutam na Síria

Vídeo que Acompanha o fotojornalista Alexandro Auler até a cidade de Kobane, no norte da Síria, para conhecer as mulheres curdas que se armam para lutar contra o Estado Islâmico.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n8UWp7JP9Iw>

Duração: 5 min

Classificação: Livre (recomendado para Anos Finais, Ensino Médio e EJA - gatilho de narrativas de violência)

XI. Mulheres Zapatistas

Vídeo do Primeiro Encontro de Mulheres Zapatistas em Chiapas, com legenda em Português.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-mu6Fk02IM0>

Duração: 9 min

Classificação: Recomendado para Ensino Médio e EJA

XII. Maria da Penha, uma História de Vida (TEDx Talks, 2012)

Maria da Penha é símbolo do enfrentamento à violência doméstica e familiar no Brasil. Vítima de violência doméstica, por parte de seu então marido, Maria da Penha lutou por 19 anos e seis meses para conseguir a punição do seu agressor, fato que só aconteceu devido a pressões internacionais. Em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha que dá mais rigor na punição ao agressor e prevê condições para a mulher e sua família viver sem violência. Nesta palestra, ela conta sua história.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TRsFTdaBbvs>

Duração: 16m24s

Classificação: Livre (recomendado para Ensino Médio e EJA - gatilho de relatos de violência doméstica).

XIII. Nós deveríamos ser todos feministas (Chimamanda Ngozi Adichie)

Chimamanda Ngozi Adichie ainda se lembra exatamente do dia em que a chamaram de feminista pela primeira vez. Foi durante uma discussão com seu amigo de infância Okoloma. “Não era um elogio. ‘Percebi pelo tom da voz dele; era como se dissesse: Você apoia o terrorismo!’” Apesar do tom de desaprovação de Okoloma, Adichie abraçou o termo e - em resposta àqueles que lhe diziam que feministas são infelizes porque nunca se casaram, que são “antiafricanas” e que odeiam homens e maquiagem - começou a se intitular uma “feminista feliz e africana que não odeia homens, e que gosta de usar batom e salto alto para si mesma, e não para os homens”. Neste ensaio preciso e revelador, Adichie parte de sua experiência pessoal de mulher e nigeriana para mostrar que muito ainda precisa ser feito.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc

Duração: 30min

Classificação: Livre (recomendado para Anos Finais, Ensino Médio e EJA).

XIV. Desigualdade de gênero para crianças

A animação contesta afirmações como “Jogar futebol é coisa de menino. Brincar de casinha é coisa de menina” para mostrar às crianças que esse tipo de afirmação não faz sentido algum. O Vídeo educativo faz parte da campanha “Defenda-se”. As personagens do vídeo, Valentina e Caio, contestam os papéis de gênero que são construídos desde a infância, em que as crianças precisam assumir posturas pré-determinadas de cada sexo, ainda que isso vá contra sua vontade.

Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=chjMuabW2-Q> >

Duração: 2min

Classificação: Livre

XV. Desigualdade Salarial na Visão das Crianças

Nesse vídeo, meninas e meninos são colocados diante de bolinhas azuis e rosas, espalhadas pelo chão, e são orientados a colocarem todas elas dentro de dois vidros grandes. Ao concluírem a tarefa, pede-se que fechem os olhos para receberem a recompensa, e aí vem a surpresa: para os garotos, um vidro cheio de objetos interessantes. Para as garotas, o vidro pela metade.

Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Vblc4GDplkQ> >

Duração: 3 min

Classificação: Livre

XVI. Canal com uma série de indicações

Sítio com uma extensa variedade de vídeos que abordam vários aspectos da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres ao redor do mundo. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticia/videos/>

Lives

As apresentações subsequentes são direcionadas aos professores e às professoras, uma vez que permitem discussões as quais fazem parte da formação a respeito da questão da Violência Contra a mulher, contextualizando a temática e atualizando o debate.

I. Programação Completa dos 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra Mulher.

As *lives* discutem a prevenção, enfrentamento e estratégias para a diminuição da violência contra meninas e mulheres. **Clique na imagem ao lado para acessar a Programação Completa dos eventos dos 16 dias de Ativismo.**



II. Live Educação na e Para Diversidade pela Semana Temática Letiva (Disponível em: <https://youtu.be/5WUk33y9RvY>)

Com as professoras Isadora Oliveira e Rayssa Carnaúba (SEEDF). A *live* apresenta questões relacionadas a projetos exitosos, sobre a temática em tela, que foram desenvolvidos em escolas da Rede Pública do Distrito Federal.



III. Live Diversidade, Gênero e Escola

(<https://www.youtube.com/watch?v=Yp5P4NuTUp4>) - Nessa *live* são discutidas as problemáticas da Diversidade de Gênero no âmbito da Escola, na perspectiva de desconstruir os papéis e lugares de gênero que padronizam modelos de relações sociais produtores de violências, discriminações e desigualdades sociais. Assim, a escola pode problematizar o senso comum a fim de fortalecer a Educação Inclusiva, a Educação para a Diversidade e os Direitos Humanos a partir da problematização das tecnologias de gênero.

IV. Sarau Março Mais Mulher

Mulher, codinome força: a resistência por meio da arte e educação. <https://www.youtube.com/watch?v=F0promrIsI0>

A *live* apresenta uma série de apresentações artísticas e culturais protagonizadas por mulheres em várias linguagens. As mulheres convidadas expressam sua luta, resistência e talentos numa mensagem de otimismo, esperança e reconhecimento.



Março Mais Mulher

Apresenta:

SARAU CULTURAL

‘Mulher, codinome força: a resistência por meio da arte e da educação’

Diversas apresentações artísticas valorizando as diferentes formas de ser e existir mulher.

12/03/2021 - 19h às 22h
Canal EducaDF (youtube)

 **CANAL EDUCA DF**
SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE CULTURA

 **Secretaria da Mulher**

 **Secretaria de Educação**

 **GDF**
Governo do Distrito Federal

3.4.2 Músicas

Assim como os vídeos, as músicas também representam importante ferramenta didática, que por meio de uma linguagem acessível e artística, é capaz de enriquecer e tornar mais dinâmica a relação dialética entre ensino e aprendizagem. Melodia, impacto e poética andam juntas para fazer refletir, pensar e sonhar. Por isso, selecionamos algumas músicas que podem ser utilizadas em sala de aula, com o objetivo de trabalhar a temática de valorização das mulheres e prevenção às violências.

I. Mulher do Fim do Mundo (Elza Soares)

Elza, cantora e compositora, é uma mulher preta, fortalecida pelos percalços da vida e pelo enfrentamento de diversos preconceitos: contra mulher, contra negros, contra artistas etc. E a música “Mulher do Fim do Mundo”, apesar de não ser sua composição (e sim de Alice Coutinho e Rômulo Fróes), foi feita para Elza, mulher que passou por muitas adversidades, porém, seguiu forte, bailando e cantando em meio ao caos.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6SWlwW9mg8s>

II. Triste, Louca ou Má (Francisco, El Hombre)

A música fala de empoderamento feminino e representa o desconforto e opressão causadas pelo machismo em nossa sociedade, que predetermina as ações e papéis femininos. Por outro lado, demonstra como as mulheres resistem e se recusam a acatar tais padrões.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lKmYTHgBNoE>

III. Brincadeira de Menina (MC Soffia)

Segundo o sítio da BBC, MC Soffia é uma *rapper* adolescente que usa rimas contra o racismo. MC Soffia ficou famosa quando tinha apenas 12 anos, cantando na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos do Rio, em 2016. Suas letras falam sobre orgulho negro, empoderamento feminino e o racismo reproduzido e vivido cotidianamente. A música “Brincadeira de Menina” questiona as imposições sociais acerca dos papéis masculinos e femininos durante a infância.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cFs1W_04AC4

IV. Maria da Penha (Alcione)

A música retrata a experiência de uma mulher que se vale da Lei Maria da Penha em reação aos atos violentos cometidos pelo parceiro, demonstrando que tem conhecimento de seus direitos. Relata a história de uma brasileira que não aceita e reage à tentativa de violência de gênero contra ela fazendo referência à denúncia e aos direitos da mulher.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9jBd9UTXTfs>

V. Flawless (Beyoncé ft Chmamanda Ngozie Adichie)

Nesta música, Beyoncé fala de empoderamento feminino, questionando os padrões impostos pela sociedade patriarcal, principalmente, a imposição do casamento na vida da mulher. Ela também incita as mulheres a se perceberem perfeitas em todos os aspectos, em fortalecimento à autoestima. Beyoncé encaixa na música um trecho da palestra “Sejamos Todos Feministas” (que foi transformada também em livro), de Chimamanda Ngozie Adichie, uma das mais importantes jovens autoras de sucesso, atraindo uma nova geração de leitores de literatura africana.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=17hPCHLMpyM>

VI. Independent Women (Destiny`s Child)

A música trata da emancipação feminina, principalmente, no sentido da liberdade de autonomia financeira e econômica, retratando como é a vida de uma mulher independente. Composição: Poke & Tone. Letra.

Disponível em: <https://www.letras.mus.br/destinys-child/10596/>

VII. Dandara (Nina Oliveira)

A música fala da trajetória da guerreira Dandara do quilombo dos Palmares, que, em virtude do machismo histórico que permeia a escrita das narrativas, não teve reconhecido o seu real valor, sendo retratada, na maioria das vezes, apenas como a esposa de Zumbi dos Palmares. A guerreira palmarina era capoeirista, estrategista e esteve à frente na defesa de seu quilombo, tendo extrema relevância histórica, assim como Zumbi.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vr7NlJbpf74>

VIII. Um Corpo no Mundo (Luedji Luna)

A cantora e compositora trata, além da questão do protagonismo feminino, do caráter interseccional das opressões que atingem mulheres negras, que sofrem tanto com o machismo e sexismo, quanto com o racismo.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-G7LC6QzTA>

IX. Insubmissa (Maíra Baldaia)

Essa composição fala da solidão da mulher negra, que, entre outros fatores, ocorre por conta da sua insubmissão e do seu rompimento com padrões opressores de relacionamentos. E também representa a força da mulher, que se movimenta, se (re)constrói e revoluciona.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GRNC6jLhfOo>

X. Dona de mim (IZA)

A música também fala do protagonismo feminino, ao abordar a trajetória da mulher negra em seu processo de tornar-se “dona de si”.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FnGfgb_YNE8

XI. “Desconstruindo Amélia” (Pitty)

Nessa música, a cantora e compositora Pitty retrata o cotidiano do grande símbolo de submissão feminina, que é a Amélia: a dona de casa, sempre dedicada aos afazeres do lar e ao cuidado da família. No entanto, ao final da canção, Amélia se empodera, cansada da subserviência, contrapondo-se aos autoritarismos da sociedade patriarcal, rejeitando tanto a servidão quanto à objetificação. Interessante conhecer também a música “Ai que saudade de Amélia”, de Ataulfo Alves. Escrita em 1942, tornou-se um samba muito famoso. Serviu como inspiração para a música da Pitty.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ygcrRgVxMI>

XII. Pagu (Rita Lee)

Inspirada em Pagu, que foi a primeira mulher a ser presa política no Brasil e sua história foi permeada de ações que afrontaram a sociedade da época (primeira metade do século XX), Rita Lee questiona, por meio dessa música, os padrões impostos às mulheres pela sociedade machista e patriarcal, principalmente, os padrões de beleza e comportamento.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pupXJIN9Jfc>

3.4.3 Literatura Infantil

As escolas já estão habituadas aos textos, mas temos uma variedade imensa de possibilidades de trabalhar criticamente o conteúdo ao mesmo tempo em que estamos promovendo as habilidades de leitura e expressão escrita e oral. Narrativas jornalísticas que trazem ao debate sobre gênero e a vida das mulheres uma aproximação com a realidade. Literatura, contos, romances e poesia também trazem a temática de forma lúdica favorecendo às aprendizagens de leitura, escrita e expressão na Língua Portuguesa.

I. Princesas de capa, heróis de avental (Caroline Arcari e Nathalia Borges)

Livro com várias sugestões de atividades com o objetivo de estimular o pensamento crítico, possibilitando o enfrentamento do machismo e das violências que têm como base as desigualdades entre homens e mulheres por meio de atividades acessíveis para crianças e adolescentes. Organizado pelo Instituto Cores, organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua na defesa dos direitos da criança e do adolescente, e desenvolve ações em políticas de enfrentamento à violência sexual. Questiona os estereótipos do que são “coisas de menina” e “coisas de menino”.

Tema: Desconstrução de estereótipos masculinos e femininos

II. Chutando Pedrinhas (Vanessa Fonseca e Leticia Serafim)

O livro infantil “Chutando Pedrinhas” aborda as especificidades da relação entre pai e filha e como os pais podem contribuir para uma educação equânime entre meninas e meninos. Enquanto caminham juntos, pai e filha conversam sobre os desejos e sonhos dessa menina que se descobre limitada por padrões sociais que reservam papéis específicos para homens e mulheres. Pela via do diálogo e do afeto, pai e filha vão desconstruindo velhos conceitos e construindo os pilares de uma educação baseada na igualdade e no respeito à individualidade.

III. Coisa de menino/Coisa de menina (Pri Ferrari)

O que é coisa de menina? O que é coisa de menino? Tem menino que gosta de brincar de casinha, tem menina que gosta de construir foguete. Por que, então, temos que nos adaptar a certos padrões de comportamento? Por que ainda dizem por aí que certas coisas não são apropriadas para mulheres? Muitos meninos crescem ouvindo que não podem agir e sentir da mesma forma que meninas – por que as coisas têm que ser assim? Esse livro é para todos

aqueles que acreditam que o importante é ter liberdade para fazer da vida o que se bem entender. A infância é importante fase para iniciarmos a re(construção) das relações rumo à superação da imposição de papéis sociais.



3.4.4 Outros materiais

Campanhas voltadas para o grande público cujas sequências didáticas buscam problematizar as desigualdades e injustiças contra as mulheres podem ser recuperadas, principalmente, quando os conflitos aparecerem na escola. Somam-se a essas publicações que subsidiam os(as) educadores(as), orientadas por organismos nacionais e internacionais, setores da justiça, do Ministério Público e da Segurança Pública que ainda são referências no tema para nortear professores e professoras no esforço de fortalecer a educação em e para os Direitos Humanos, bem como mostrar a rede de proteção social existente no país voltada para meninas e mulheres.

I. O Valente não é Violento - Planos de aula elaborados pela ONU Mulheres.

Atua pelo fim de estereótipos de gênero e comportamentos machistas, produz conteúdo pedagógico livre, para colaborar na formação de estudantes do Ensino Médio sobre Gênero, Sexualidades e Prevenção de Violências em seis planos de aulas complementares. Conteúdo pedagógico financiado pela União Europeia e revisado pela Unesco. No sítio eletrônico, é possível encontrar seis planos de aula que podem ser usados de maneira independente, além de textos de apoio para o aprofundamento das discussões. Os planos também podem ser utilizados como inspiração e as atividades adaptadas.

II. Caderno de Atividades - Gênero e Diversidade na Escola (GDE)

Elaborado por diversas instituições, incluindo secretarias governamentais e universidades, constitui instrumento para os(as) profissionais da educação no trato da diversidade de gênero, étnico-racial, sexualidade e orientação sexual na escola, com sugestões de diversas atividades que priorizam a transversalidade das temáticas e dos conteúdos curriculares. Trata-se, assim, de orientações para que o(a) professor(a) construa ambiente favorável à diversidade em todas as suas facetas e estructure, de forma permanente, uma pedagogia da diversidade. São mais de 50 atividades sugeridas sobre gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais.

III. Conhecendo a Lei Maria da Penha

Esse sítio apresenta o conceito de violência doméstica, explicita tipos e ciclos da violência, relações de dependência, relacionamentos abusivos, passando pelas diferenças entre os tipos de violência doméstica e da compreensão de como agir em caso de situação de violência doméstica.

IV. Instituto Maria da Penha - Tipos de violência doméstica

Estão previstos cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher na Lei Maria da Penha: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial - Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V. Essas formas de agressão são complexas, perversas, não ocorrem isoladas umas das outras e têm graves consequências para a mulher. Qualquer uma delas constitui ato de violação dos Direitos Humanos e deve ser denunciada.

V. Instituto Maria da Penha - O ciclo da violência

Apesar de a violência doméstica ter várias faces e especificidades, a psicóloga norte-americana, Lenore Walker, identificou que as agressões cometidas em um contexto conjugal ocorrem dentro de um ciclo que é constantemente repetido.

VI. “Vamos Conversar?”

Cartilha de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres”. Cartilha produzida pela ONU Mulheres em formato de quadrinhos discute de modo didático e objetivo os diferentes tipos de violência que atingem as mulheres, buscando evidenciar as diferentes nuances que caracterizam esse tipo de abuso.

VII. Princesas Africanas: Cadernos de Leituras Compartilhadas

Publicação que recupera a riqueza da filosofia ancestral africana, suas mitologias e personagens que revelam uma africanidade matriarcal. Os autores se curvam não só à grandiosidade do continente, mas também a Cleópatra, a Rainha de Sabá e a todas as mulheres que remontam a mais ilustre e desconhecida de todas as princesas: Lucy, a africana que todos temos no sangue.

VIII. Diretrizes para atendimento em casos de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos de pandemia de COVID-19

O documento das Nações Unidas traz uma série de recomendações e procedimentos para o poder público e a sociedade civil conseguir enfrentar os casos de violência de gênero contra meninas e mulheres aumentados em decorrência da pandemia de COVID-19. Orienta mensagens-chave, apresenta o fluxo e as redes de proteção trazendo dados importantes e informações sobre conceitos e tipologias de situações de violência e risco de aumento das vulnerabilidades que mulheres e meninas enfrentam na atual situação de crise sanitária.

IX. Pelas Mulheres Indígenas

Livro feito por mulheres indígenas, contando suas histórias e de seus povos. É resultado do projeto “Pelas Mulheres Indígenas”, idealizado pela ONG Thydêwá, contando com a parceria da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia. O projeto visa à conscientização sobre os direitos das mulheres e empoderamento das mulheres indígenas.



CAPÍTULO 4 - DATAS IMPORTANTES

Você sabia!?

No período paleolítico ou neolítico, as mulheres caçadoras eram comuns. Elas podem ter representado até metade dos(as) caçadores(as) entre os povos nativos da América.

Dia internacional da Mulher

8 de março

Clara Zetkin (1857-1933), alemã, deputada em 1920, militante do movimento operário, dedicava-se à conscientização feminina e lutava pelos direitos das mulheres trabalhadoras. Clara Zetkin propôs a criação de um Dia Internacional da Mulher, sem definir uma data precisa, quando participava de um Congresso Internacional que buscava a condição de igualdade entre homens e mulheres, em 1910. Muito embora, no Brasil e em alguns países da América Latina, acredita-se que Clara teria proposto o 8 de março para lembrar operárias mortas num incêndio em Nova Iorque, a proposta de Zetkin é vinculada às condições gerais de trabalhadoras nas fábricas do século XIX.

Concomitantemente, nos Estados Unidos, a classe operária fabril vivenciava situação análoga e vários movimentos de trabalhadores e trabalhadoras lutavam por melhores condições laborativas. Como estratégia para acelerar e aumentar a efetividade, trancavam-se as portas dos estabelecimentos durante o expediente, cobriam-se os relógios e controlava-se a ida aos banheiros. No dia 25 de março de 1911, um incêndio em uma fábrica de Nova Iorque levou à morte 146 pessoas, entre elas 125 mulheres e 21 homens. Esse episódio acabou sendo o grande símbolo do imaginário coletivo das gerações de mulheres subsequentes. Entretanto, a data de 8 de março, apesar de não ter sido a data do incêndio propriamente, sempre constou em movimentos sociais de reivindicações femininas, até que essas duas grandes representações acabaram por se fundir na guerra pela Igualdade de Gerações, para um futuro igual para todos.

Fonte: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8643.pdf>

Dia 08 de março, é uma ocasião para lembrar e celebrar conquistas femininas, ao longo da história, centradas na construção da justiça, da equidade de gênero e da igualdade de direitos.

<https://www.onumulheres.org.br/noticias/dia-internacional-das-mulheres/>

Semana Maria da Penha na Escola

Segundo dados da pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto de Pesquisa Datafolha, 27,4% das meninas brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência no ano passado. De acordo com a mesma pesquisa, 76,4% das mulheres que sofreram violência afirmam que o agressor era alguém conhecido, sendo que 39% dos agressores eram (ex)cônjuges/companheiros/namorados.

Essa pesquisa afirma que os maiores níveis de vitimização se encontram dentre as mulheres jovens e também dentre as mulheres negras (pretas e pardas). Além disso, constatou que 42% dos casos de violência ocorreram em casa, e quanto à denúncia, a pesquisa informa que 10,3% das vítimas procuraram uma delegacia da mulher, 8% procuraram uma delegacia comum, 5,5% ligaram para o 190, 15% procuraram ajuda da família e 52% das vítimas não fizeram nada.

Esses dados alarmantes nos levam a crer que a existência de mecanismos legais de punição em casos de violência domésticas não são suficientes para que a situação seja resolvida no Brasil. Para o enfrentamento desse problema complexo e multifacetado, são necessárias também medidas educativas e pedagógicas, que eduquem os meninos e os homens, apoiem as meninas e mulheres e reforcem a importância da denúncia.

Na terceira semana do mês de novembro, o Projeto Maria da Penha vai à Escola promove a Semana Maria da Penha na Escola que envolve Unidades Escolares em uma série de palestras e rodas de conversa sobre o tema com o objetivo de fortalecer a discussão, o debate e a prevenção à violência doméstica e contra a mulher a partir das escolas.

<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/centro-judiciario-mulher/o-nucleo-judiciario-da-mulher/projetos/eixo-comunitario/maria-da-penha-vai-a-escola>

16 dias pelo fim da violência contra as mulheres

Ao longo do tempo, as conquistas femininas foram sendo desdobradas no aparecimento dos espaços institucionais ao redor do mundo: universidades, repartições públicas, organizações governamentais e não governamentais, entre outras. Ainda em 1989, o *Center for Women's Global Leadership* (CWGL) foi formalmente reconhecido com o intuito de fomentar campanhas que estimulassem a liderança de mulheres, principalmente, no meio acadêmico e sucessivos encontros foram realizados a partir dessa rede recém-articulada, discutindo-se, ampla e profundamente, a gravidade dos abusos sofridos por mulheres e meninas em todo o mundo, assim como a importância de reconhecer os direitos das mulheres como direitos humanos. Advogados(as), formuladores(as) de políticas, professores(as), profissionais de saúde, pesquisadores(as), jornalistas e ativistas trocaram experiências e, conseqüentemente, iniciaram o desenvolvimento de estratégias para aumentar a conscientização internacional sobre a natureza sistêmica da violência contra as mulheres e expor essa violência como uma violação dos direitos humanos das mulheres. Desse intenso debate e construção, foi formulada a campanha internacional 16 Dias de Ativismo Contra a Violência de Gênero, a qual propunha determinar um período específico no ano para fortalecer as discussões e resoluções sobre as questões de violência de gênero. O período escolhido faz uma alusão à importância do reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos, em diversos locais do mundo, iniciando no dia 25 de novembro, dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher na América Latina, até o dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos).¹

¹ Fonte: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/34939/23174>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente seleção de materiais é um pontapé importante no esforço de adotarmos práticas pedagógicas voltadas à prevenção das violências, por uma educação que valorize meninas e mulheres e permita seu crescimento em um ambiente de paz e segurança. A construção de uma sociedade capaz de proteger meninas e mulheres deve fazer parte do cotidiano das Unidades Escolares. Acreditamos no papel da educação no processo de superação das desigualdades e da opressão. Nesse sentido, convidamos as unidades escolares a promoverem ações, projetos e debates sobre o tema, durante todo o ano letivo.

Discutir questões dessa natureza não é simples e nem sempre contamos com formação, inicial e/ou continuada, para lidar com debates tão profundos e tão necessários. Por essa razão, as ações pedagógicas sugeridas dependem de muita leitura e estudos a partir de fontes confiáveis. Assim, contribuiremos para um futuro mais seguro e pacífico.

A SEEDF reafirma o seu papel no fortalecimento de uma educação para a paz, voltada para a equidade de gênero e valorização das meninas e mulheres e deseja que as atividades pedagógicas sobre o tema possam resultar em debates profícuos e mudanças de comportamento na relação entre meninos e meninas, homens e mulheres!

REFERÊNCIAS

CARARO. Aryane; SOUZA. Duda Porto de. Extraordinárias - Mulheres que Revolucionaram o Brasil. 1ª Ed. São Paulo. Seguinte: 2017.

Sem autor. DORINA DE GOUVÊA NOWILL. Fundação Dorina de Gouvêa Nowill. Disponível em: <https://fundacaodorina.org.br/>

D'ANGELO, Helô. Quem foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira? Cult, 2017.

GUIMARÃES, Aline. O que eu faço com a minha cara de índia? Literatura e Resistência em Eliane Potiguara. DARANDINA Revista Eletrônica. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em Letras UFJF - 2018. Volume 11, nº 2.

Disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis/>>.

Sem autor. Homenagens. É melhor morrer na luta do que morrer de fome. FUNDAÇÃO MARGARIDA ALVES. 2009. Disponível em <http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/homenagens/>

SOUZA. Oswaldo Braga de. Morre Rosane Kaingang, importante líder indígena do Sul do Brasil. Instituto Socioambiental. 2016. Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/morre-rosane-kaingang-importante-lider-indigena-do-sul-do-brasil>



Secretaria
de Educação

